

A Constituinte

# Relator: a escolha ainda pode ser adiada.

Fernando Henrique não quer eleição e, para ganhar tempo, sugeriu adiar a escolha. Covas concorda. Mas ainda depende dos outros líderes do PMDB.

Se todos os líderes do PMDB concordarem, a eleição do relator da Comissão de Sistematização poderá ser transferida de hoje para amanhã — ou outro dia a ser escolhido. A proposta é do senador Fernando Henrique Cardoso, um dos candidatos ao cargo, que não gostou da ideia de se definir a escolha do cargo mais importante da Constituinte através do voto. Além disso, ele



PMDB discute: adiar ou não a eleição.

reclamou que teria pouco tempo para articular sua candidatura — no que foi apoiado por um de seus concorrentes, deputado Pimenta da Veiga. O terceiro candidato, deputado Bernardo Cabral, manifestou-se contra o adiamento, e acusou Pimenta de comandar uma manobra para "garimpar votos". O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que propôs a eleição para escolher o relator, disse ontem à noite a Fernando Henrique que não se opõe ao adiamento — desde que haja concordância do presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, e dos demais líderes. E a decisão será conhecida hoje, durante a reunião da bancada do PMDB. Na verdade, Fernando Henrique ainda espera uma virada na proposta de Covas. "Sempre fui contra a disputa e sempre preguei o acordo, o entendimento entre os vários interesses", justificou.

No PFL, o problema não é menor: os frentista também estão discutindo ainda se o senador Afonso Arinos ficará sozinho na presidência da Comissão de Sistematização ou se será adotado o "duplo comando", no qual o velho jurista dividiria as funções com o senador Carlos Chiarelli. As opiniões estão divididas. Mas o deputado Ricardo Izar garante que possui um documento que poderá decidir a questão. Ali, segundo ele, estão reunidas as assinaturas dos vice-líderes do PFL e de outros 80 constituintes reiterando apoio à indicação de Arinos — "um nome que se destaca seguramente acima de eventuais disputas e facções".

## Subcomissões

Depois das queixas e das desavenças, os constituintes começam a se acomodar em seus cargos nas comissões e subcomissões — e já alardeiam a importância dos postos que estão ocupando. O senador José Fogaça (PMDB-RS), depois de uma difícil eleição que enfim o conduziu à presidência da subcomissão do Poder Executivo da Comissão da organização dos Poderes e Sistemas de Governo, instalou-se ontem no cargo com uma importante tarefa pela frente: elaborar, em 30 dias, um anteprojeto sobre as principais questões institucionais.

Entre elas consta a fixação do mandato do presidente da República e o funcionamento dos três poderes na futura Constituição.

Fogaça defende quatro anos de mandato em regime presidencialista e cinco anos no parlamentarismo. Mas teve o cuidado de observar que sua opinião pessoal não prevalecerá: "Vou buscar em todos os debates o consenso da subcomissão".

O presidente da Comissão de Organização dos Poderes, deputado Oscar Correia (PMDB-MG), acha compreensível o debate sobre o mandato presidencial, mas já avisou que não dará prioridade ao assunto: "Todos os temas constitucionais serão apreciados em conjunto". Na subcomissão do Poder Legislativo, contudo, ficou estabelecido ontem que a definição do sistema de governo será prioritária. Para os integrantes, essa decisão vai orientar todo o restante do trabalho que vai tratar, entre outras questões, do restabelecimento das prerrogativas do Congresso e das imunidades e garantias preliminares.

Para a subcomissão de Educação, Cultura e Esportes foi eleito o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) como presidente. Apesar de surpresa com sua indicação, Zanetti prometeu apresentar um "projeto nacional" já na próxima semana. "Este País não poderá ter futuro se não cuidar de sua infância", adiantou ele. "Além dos analfabetos que existem no País, por não saberem ler nem escrever, vivemos a ameaça do analfabetismo tecnológico".

## OAB

No primeiro de uma série de debates que a OAB paulista está promovendo para discutir a Constituinte, o tema explorado ontem foi "que fazer para que a Constituição seja cumprida?". A proposta mais polêmica foi apresentada pelo jurista Celso Bandeira de Mello, que sugeriu a inclusão de um artigo na nova Carta que permita a qualquer pessoa ou entidade de classe requerer judicialmente o cumprimento das normas constitucionais.

Bandeira de Mello reconhece que sua proposta é bastante ampla. Segundo ele, se a Constituição estabelecer, por exemplo, que é dever do Estado dar educação a todos

os brasileiros, qualquer pessoa sem acesso à escola poderia requerer esse direito judicialmente. Além da sugestão, porém, há um objetivo ideológico: forçar o governo a efetivamente cumprir o que promete na Constituição e levar a população a reivindicar seus direitos.

## "Cometi erros"

Para a subcomissão dos Princípios Gerais da Constituição, o deputado Delfim Neto (PDS-SP). Ele conquistou 16 dos 21 votos, tomou posse do cargo e trocou acusações com o PMDB, que reagiu à escolha de tal representante para elaborar a proposta de regulamentação da intervenção do Estado.

Delfim, porém, não perdeu a calma — e ofereceu sua receita contra o intervencionismo estatal: "O Estado, quanto menor, melhor." Foi uma surpresa para todos, que se entreolharam e atropeladamente questionaram Delfim pelo fato de ter ampliado a intervenção do Estado em seus tempos de ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento. "Cometi meus erros", reconheceu Delfim. "Mas o tamanho do Estado não pode ser relacionado com sua eficiência".

A primeira subcomissão a eleger seus dirigentes ontem foi a da Nacionalidade, Soberania e das Relações Internacionais. O deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) foi empossado na presidência, e o deputado Sarney Filho foi logo propondo a realização de um simpósio para discutir a dívida externa. A sugestão de Sarney incluiu discussões com ministros da área econômica e outras personalidades do Terceiro Mundo, como o primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro. Não houve objeções à proposta.

O relator da Comissão da Família, Educação e Comunicação, deputado Artur da Távola, já tomou posse do cargo sugerindo que a concessão para exploração de canais de rádio e tevê não seja mais da competência do Executivo, mas da sociedade e com aprovação pelo Congresso: "Assim se evita a utilização da comunicação social como elemento de poder político."

A questão da reserva de mercado para a informática também promete ser um dos temas mais polêmicos da subcomissão de Ciência e Tecnologia. Segundo a relatora Cristina Tavares (PMDB-PE), a atual política para o setor será bastante defendida: "A reserva de mercado a outras questões a serem tratadas vão definir o papel do Brasil no século XXI e suas implicações sobre a privacidade de cada cidadão."

cinco anos — ele foi eleito a 15 de março de 1985. Já o seu sucessor cumpriria mandato de quatro anos.

Pela proposta, os prefeitos e vereadores que serão eleitos a 15 de novembro de 1988 cumprirão mandato-tampão de apenas dois anos. Os senadores eleitos a 15 de novembro de 1986 teriam resguardados os mandatos de oito anos — até 31 de janeiro de 1995.

Segundo observadores políticos, no ritmo em que caminham os trabalhos da Constituinte, dificilmente o presidente Sarney conseguirá arrancar antes do segundo semestre a solução para o seu mandato, e não apenas porque será necessário, primeiro, definir o sistema de governo — se parlamentarista ou presidencialista —, mas porque também começa a tomar corpo a tese da coincidência de mandatos entre o presidente da República e o Congresso.

O senador Roberto Campos (PDS-MT), que é favorável ao mandato de cinco anos, disse ontem que a persistir e aumentar a crise econômica atual, "torna-se aceitável a tese das diretas já" para substituir o presidente Sarney. Justificando, disse que a situação atual poderá inverter a ordem natural das coisas, que é a prevalência do político sobre o econômico, fazendo com que a crise reduza o mandato de Sarney.

# "Empenho total"

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, quer acelerar ao máximo o trabalho das comissões temáticas, para que a promulgação da nova Constituição, prevista para o dia 15 de novembro, não tenha de ser adiada. Entretanto, para o deputado Thomaz Nono (PFL-AL) esse prazo faz parte de uma "abundante produção de milagres" que o PMDB vem anunciando. "Senhores constituintes — disse Thomaz Nono, ontem, em plenário —, não há a menor possibilidade de que a Constituição fique pronta este ano. Os prazos não têm sido cumpridos, quer pelas comissões, quer pelas lideranças. A discussão da matéria nem começou ainda. Portanto, só por milagre ela ficará pronta até 15 de novembro."



## Milagres perigosos

Para o deputado Thomaz Nono, "os milagres mais graves e perigosos para a Nação", patrocinados pelo PMDB estão sendo anunciados pelo ministro da Fazenda Dilson Funaro. "Disse o ministro aos seus pares do PMDB que o governo fixou em 8 bilhões de dólares o saldo comercial para este ano, como se o governo pudesse fixar saldo comercial", ironizou Nono, afirmando que foi o ministro Funaro quem decretou a moratória "com uma mão" e com a outra pede "ao mesmo credor mais 5 bilhões de dólares, como se a comunidade financeira internacional fosse guiada por ações piedosas".

O deputado concluiu condenando todos aqueles que, no passado, criticavam os desmandos governamentais e, hoje, "dizem amém a todos os absurdos que vêm do poder executivo".

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) também está questionando os atos do governo e, ontem, reiterou seu apelo a Ulysses Guimarães para que colabore com o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, e facilite a apreciação dos decretos-leis emitidos pelo presidente Sarney, principalmente o que instituiu os empréstimos compulsórios.

pensar os dias perdidos na instalação das comissões e na eleição de seus presidentes e relatores.

Na Semana Santa, quando o Congresso tradicionalmente entra em recesso branco, os constituintes poderão trabalhar até quinta-feira se prevalecer a sugestão apresentada ontem a Ulysses pelo 1º secretário da Mesa, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA).

O Palácio do Planalto bem que tentou, mas não conseguiu assegurar o controle absoluto da subcomissão do Poder Executivo, que vai definir o mandato presidencial, através da indicação de parlamentares de sua confiança para os cargos de presidente e de relator. A vitória do Palácio foi parcial, pois foi eleito presidente da subcomissão o sobrinho do presidente José Sarney, o deputado maranhense Albérico Filho, mas o cargo de relator ficou com o senador José Fogaça, ambos do PMDB, apesar dos esforços do líder governista Carlos Sant'Anna para entregar o cargo ao deputado moderado Expedito Machado, do Ceará.

O impasse em torno do controle do cargo durou vários dias, mas o líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas, se empenhou pessoalmente pela indicação de José Fogaça para ser relator. Somente no final da tarde de ontem, o senador conseguiu a retirada da candidatura do deputado Expedito Machado. O assunto foi resolvido no próprio gabinete de Covas, quando já havia a possibilidade até da eleição de outro presidente que não o sobrinho presidente Sarney. Na iminência de perder os dois cargos, o grupo governista preferiu recuar.

Enquanto transcorriam as negociações, no plenário da Consti-



## Mandato: uma primeira derrota do Planalto.

tuinte o assunto de muitas rodas de parlamentares era a grave crise econômica e a perspectiva de redução do mandato de Sarney. O deputado Edme Tavares (PFL-PB) propôs à Assembleia eleições gerais e simultâneas a 15 de novembro de 1990, de presidente a vereador. Com isso, o mandato de Sarney teria a duração de pouco menos de